

A cultura política do varguismo no Brasil e do peronismo na Argentina: um diálogo com a obra “multidões em cena” de Maria Rolim Capelato

Luiz Eduardo Pinto Barros¹
Doutorando em História
UNESP/Franca
luizeduardopb@yahoo.com.br

Resumo: Na América do Sul dois países são as maiores potências, Brasil e Argentina. Por isso, estudar a história destes países é fundamental para compreender a dinâmica geopolítica da região. Principalmente a cultura política vivenciada em ambos os Estados. Por isso, este trabalho tem como objetivo analisar a propaganda política de um dos períodos políticos, econômicos, sociais e culturais mais relevantes do século XX nos dois países, sendo os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Juan Domingo Perón (1946-1955). A base para análise metodológica são os conceitos de cultura política ao estudar estes períodos fazendo um diálogo com a obra “Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo” que foi publicada em 1998 pela editora Papirus e escrita por Maria Helena Rolim Capelato. Sem dúvida, obra de grandes reflexões para o debate político presente nestes países que ainda é relevante para ser tratado no mundo acadêmico.

Palavras-Chave: Discurso; superação do passado recente; herança varguista e peronista

Resumen: En América del Sur dos países son las grandes potencias, Brasil y Argentina. Por lo tanto, el estudio de la historia de estos países es clave para entender la geopolítica de la región. Especialmente la cultura política experimentada en ambos estados. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo analizar la propaganda política de los períodos políticos, económicos, sociales y culturales más importantes del siglo XX en ambos países que son los gobiernos de Getúlio Vargas (1930-1945) y Juan Domingo Perón (1946-1955). La base para el análisis metodológico son los conceptos de cultura política para estudiar estos períodos que hacen un diálogo con la obra "Multidões em cena: a propaganda política no varguismo e no peronismo" que fue publicada en 1998 por el editor Papirus y escrito por Maria Helena Rolim Capelato. Sin lugar a dudas, la obra de grandes reflexiones para el debate político presente en estos países sigue siendo relevante para ser tratados en el mundo académico.

Palabras clave: Discurso; superar el pasado reciente; patrimonio vargas y peronista.

A obra de Maria Helena Rolim Capelato é uma daquelas que permite ao leitor fazer várias reflexões sobre o papel da propaganda política na sociedade contemporânea e compreender o grau de recepção da mesma em determinado contexto. No caso, a propaganda política esta relacionada

¹ Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus de Franca.

diretamente ao Estado e aos interesses daqueles que o conduzem. Os receptores são as pessoas que formam as chamadas grandes massas e que historicamente estiveram excluídas dos benefícios econômicos usufruídos por uma pequena elite.

Mas ao contrário do que se possa esperar de uma análise que generalize o potencial da propaganda como instrumento eficiente de alienação e que possa dar sustentação aos governantes de determinado país tendo grande apoio popular, Capelato nos mostra que isso não é tão simples. A propaganda só é mais um instrumento carregado de significados que estão inseridos num contexto em que as pessoas estão ansiosas por mudanças e se identificam com certas propostas devido a suas experiências pessoais e necessidades de suprir suas lacunas materiais na busca por melhores condições de vida.

Os objetos de estudo de Capelato foram os governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. Vargas chegou ao poder por meio de uma revolução em 1930 e permaneceu na presidência do Brasil até 1945. Durante este período em nenhum momento foi eleito. Chegou a aprovar uma nova Constituição em 1934, incentivou um processo de industrialização, regulamentou sindicatos, combateu movimentos oposicionistas, estimulou a exploração do “sertão” do país e promoveu grandes transformações no Estado para que este tivesse maior papel nos rumos da sociedade brasileira. Já Perón chegou ao poder por meio de eleições ficando no cargo de presidente da Argentina entre 1946 e 1955, sendo que foi reeleito em 1951 para seu segundo mandato. Seu governo ficou marcado também pela regulamentação de sindicatos, a aproximação da classe trabalhadora, a luta contra as oligarquias “entreguistas”, a estatização de ferrovias, empresas de telefonia, petróleo, companhias de eletricidade e da melhoria na renda da população. A justiça social, com uma marca chamada de justicialismo, foi à prioridade do governo de Perón. Coincidentemente, Vargas e Perón foram depostos por juntas militares e retornaram ao poder “nos braços do povo” sendo eleitos pelo voto direto, mas faleceram ocupando o cargo de presidente. Vargas esteve à frente da presidência entre 1951 e 1954 quando cometeu suicídio no Palácio do Catete e Perón retornou a presidir a Argentina em 1973, mas teve uma gestão de apenas 9 meses devido ao seu falecimento em julho de 1974.

Os estudos de Capelato focam os períodos áureos de Vargas e Perón nas suas primeiras passagens pela presidência, mas enfatiza a diferença dos períodos de seus governos. A Era Vargas esteve em cena no período entre as duas grandes guerras mundiais quando o nazi-fascismo protagonizava sua ideologia em meio à tempestade econômica mundial das décadas de 1920 e 1930 e consequentemente colocando as teorias do Liberalismo em cheque. Neste âmbito o papel do Estado ganhava relevância e diversas transformações institucionais tornaram significativas. Já a Era Perón surgiu após a Segunda Guerra

Mundial e veio de encontro ao novo conflito ideológico mundial que entrava em cena, a Guerra Fria. Seu governo não se posicionou em direção ao Estados Unidos e nem a União Soviética mantendo certa “neutralidade”. Ao contrário de Vargas que fez a partir do Estado Novo, em 1937, um governo ditatorial, Perón não transformou sua presidência num regime de ditadura institucionalizada. Mas isso não o impediu de perseguir opositores de seu governo.

Maria Helena Capelato tende a recusar interpretações de que os governos de Vargas e Perón eram essencialmente “populistas”. Para ela, “os modelos e tipologias construídos para explicar o populismo na América Latina não levaram em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais”. E menciona que a “adesão das classes trabalhadoras ao populismo é interpretada tomando-se por base a estrutura social, sem se levar devidamente em conta elementos de ordem política e cultural”. Sendo assim, Capelato preferiu colocar em prática o método de pesquisa do historiador fazendo recortes específicos e analisando as particularidades nacionais. Isto porque, sua estratégia tem como objetivo se diferenciar dos fenômenos abordados de forma generalizada por alguns estudos da sociologia, economia e ciência política que impossibilitam a “recuperação do evento na sua plena historicidade” (CAPELATO, 1998, p.15).

Outro elemento importante da presente obra é a recusa em determinar os regimes varguista e peronista como totalitários. Citando Pierre Birnbaum, Capelato demonstra a revisão dos conceitos de “totalitarismo”. Apesar de situações totalitárias estarem associadas ao stalinismo, nazismo e fascismo, estes mesmos regimes se distinguem. Por isso, classificar um regime como tal é uma tarefa complexa. Ao referenciar Roberto Romano, a autora argumenta que a concepção de totalitarismo não se aplica aos países da América Latina. No caso sul-americano, mesmo nos governos autoritários de Brasil e Argentina, nas décadas de 1930 e 1940, o conceito de “totalitarismo” não se aplica. Neste caso, “somente em níveis ideais, propagandísticos ou em tentativas isoladas pode-se falar em totalitarismo” (CAPELATO, 1998, p.17).

Agora, tratando diretamente da obra de Capelato percebemos a influência considerável dos instrumentos utilizados pelo regime Nazifascista na aplicação da propaganda governamental nos governos de Vargas e Perón. Porém, tal feito ocorreu de forma peculiar de diferentes maneiras nos solos de Brasil e Argentina de acordo com suas realidades históricas. Capelato faz referência a Adolf Hitler que escreveu em seu famoso livro *Mein Kampf* a seguinte explicação: “A propaganda política busca imbuir o povo, como um todo, com uma doutrina.[...] A propaganda para o público em geral funciona a partir do ponto de vista de uma ideia, e o prepara para quando da vitória daquela opinião” (CAPELATO, 1998, p.21). Tal

frase, editada em 1926, deixa clara a intencionalidade de quem produz e os resultados esperados. E foi assim o desenrolar das ações no Brasil e na Argentina nos governos de Vargas e Perón.

No caso da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels foi o responsável por conduzir a propaganda do regime estando à frente do Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda. O objetivo era transmitir os ideais nazistas por meio da arte, livros, teatro, cinema, materiais escolares, imprensa escrita e o rádio. A utilização de símbolos que reforçavam a doutrina antissemita e a superioridade da raça ariana eram uma constante. Neste sentido, fazendo uma relação com o varguismo, os símbolos mais explorados estavam relacionados à bandeira brasileira. Capelato demonstra que associação entre “Pátria”, “Bandeira” e “Chefe” esteve relacionada à concepção religiosa do cristianismo ligada a Santíssima Trindade. Tais símbolos estavam espalhados em diversos objetos que referenciavam a imagem do presidente Getúlio Vargas. Já na Argentina, o “escudito” era a simbologia identificada aos ideais do peronismo. Inspirada no desenho do escudo nacional, esta representava a subordinação de um povo unido e organizado sob a tutela de seu chefe.

Essa exploração dos símbolos que projetavam nos objetos uma ideia defendida e que deveria ser compartilhada era algo necessário para a consolidação do sistema vigente tendo um campo fértil para desenvolver suas ações. E isso já pode ser observado no século XVIII no desenrolar dos acontecimentos da Revolução Francesa. Segundo Michel Winock, “uma convicção unia todos os pensadores pós-revolucionários: a de que um regime estável devia basear-se numa visão de mundo comum” (WINOCK, 2003, p.271). O mesmo autor aponta que esta visão seria compartilhada no decorrer do século XX pelas democracias liberais, mas com uma diferença, a defesa da pluralidade de ideias. No caso específico do socialismo soviético, Winock demonstra que Lenin fez da ideologia do partido único e do monolitismo um pensamento único a ser compartilhado por meio de uma propaganda política. Neste sentido, “uma nova sociedade fechada se institui, sobre um sistema de crenças radicalmente novo. Um tempo viria em que se denunciaria o marxismo-leninismo como a ideologia da camada dominante ou ‘nova classe’”(WINOCK, 2003, p.271). Com estes exemplos de Michel Winock é perceptível a necessidade de propagação dos ideais varguista e peronista em suas respectivas sociedades, por toda a conjuntura de suas épocas, tendo em vista o rompimento com o passado recente propagado como uma revolução.

Isto porque, na obra de Maria Capelato é notável a semelhança entre os governos de Vargas e Perón de transmitir uma ideia de rompimento com um passado recente que foi prejudicial para o país. No caso da Era Vargas a ruptura ocorreu com a Revolução de 1930 derrubando a República Velha que durante décadas teve na liderança das grandes oligarquias a responsabilidade pelo atraso social e

econômico do Brasil, além de um Estado falho nas suas ações, sobretudo, no caráter institucional. Já a Era Perón também focava nas oligarquias “entreguistas” a culpa pela intensa desigualdade social na Argentina, o desamparo aos trabalhadores e a presença estrangeira, principalmente da Inglaterra, no usufruto dos serviços essenciais do país como ferrovias, redes de energia e exploração do petróleo. Os novos tempos eram representados a partir de 1943 quando ele participou ativamente do Grupo de Oficiais Unidos (GOU) na derrubada do governo de Ramón Castillo que encerrou a *Década Infame*, iniciada em 1930 com um golpe de Estado e foi marcada por fraudes eleitorais, repressão aos opositores e corrupção generalizada. Sendo assim, a propagação destas ideias enfatizava a importância das ações que buscavam mudanças significativas. E neste caso, como é claro perceber na análise da autora, Vargas justificava a importância da estruturação do Estado brasileiro sendo esta a grande prioridade. O mesmo pode ser observado no caso de Perón ao priorizar a justiça social que ganhou o alcume de justicialismo. Porém, a própria autora deixa claro ser esta uma das diferenças entre o varguismo e o peronismo, as diferenças nas suas prioridades.

E se há um instrumento interessante para divulgar ideias, nada como o veículo de comunicação mais acessível para a população que na época era o rádio. Jean-Noel Jeanneney ao escrever um capítulo intitulado *A Mídia* na obra *Por uma história política* que é organizada por Rene Remond, menciona que a preocupação dos pesquisadores em compreender a influência política da televisão na sociedade contemporânea retomou o debate a respeito do impacto da radiodifusão quando este era até então o maior veículo de comunicação. Sendo assim, o autor aponta que “o rádio extrai toda a sua força, sobretudo em ondas curtas, do fato de não ligar para as fronteiras. Quando o totalitarismo se abate sobre um país, o rádio é uma fonte de liberdade íntima” (JEANNENEY, 2003, p.216-217). Maria Capelato salienta que o rádio foi considerado mais importante na Alemanha Nazista do que a imprensa escrita como veículo de propagação de ideias, tendo em vista a sua grande produção em escala e o poder aquisitivo da população para adquiri-lo. Na Itália Fascista de Benito Mussolini o rádio também teve a mesma utilidade, porém em menor grau de importância do que a imprensa escrita (CAPELATO, 1998, p.87).

Na Era Vargas o rádio foi essencial para propagação dos ideais políticos defendidos pelo governo. Tendo mais ênfase a partir do Estado Novo, o projeto era transmitir por meio da radiodifusão a consciência nacional indispensável à integração da nacionalidade e embalada pela propaganda do regime. Surgiu em 1931 a *Hora do Brasil*, reestruturada em 1939, e tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica. Divulgava discursos e atos oficiais do governo, além de estimular as artes nacionais, o patriotismo e os grandes feitos do passado. O rádio passou a ser um instrumento controlado pelo Estado de forma

incisiva, porém administrado pela iniciativa privada, principalmente após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no final da década de 1930. E isto ocorreu num contexto em que o rádio se tornava popular não apenas pelo acesso comercial a baixo preço, mas também pelo prestígio dos ouvintes ao acompanhar as programações musicais, humorísticas, transmissões esportivas, o radiojornalismo e, principalmente, às radionovelas. Na Argentina, o rádio também foi um instrumento controlado pela Estado depois do golpe de 1943, tendo em vista a sua grande popularidade e a existência de emissoras comerciais desde a década de 1920. Na campanha presidencial de 1945, o peronismo fez uso do rádio para conquistar seus objetivos eleitorais. Até então, as principais empresas de rádio, como as de jornalismo, não apoiaram Perón. A partir de 1947 houve forte pressão sobre estas que aos poucos apoiaram o peronismo. Maria Capelato enfatiza que a propaganda política no rádio foi maior em solo argentino do que no Brasil. E reconhecendo a importância do rádio, Péron deixava claro que os discursos radiofônicos em poucos minutos deixavam todos os argentinos informados das ideias e ações do peronismo. E neste processo sua esposa Eva Perón, uma atriz de rádioteatro com carreira consolidada, teve grande importância, sobretudo, no programa *Para um futuro melhor* que fazia propaganda da “Revolução de 1943”. Na ocasião, ela interpretava o papel de uma mulher do povo que conclamava os argentinos a apoiarem a revolução.

No caso da imprensa escrita houve um forte controle por parte do Estado tanto no varguismo quanto no peronismo. Os esforços para eliminar as vozes discordantes eram intensos e isto também teve reflexos nas estações de rádio. Com Vargas a criação do DIP reduziu a legalidade dos jornais críticos do Estado Novo regulamentando as atividades dos profissionais de imprensa, sendo que somente aqueles com registro poderiam exercer suas funções. Capelato enfatiza que os ideólogos antiliberais defendiam a absorção do privado pelo público, sendo que neste processo o jornalismo deveria ser totalmente controlado pelo Estado. A cooptação de jornalistas se deu através das pressões oficiais, mas também houve concordância de setores da imprensa com a política do governo. Na Argentina, a utilização da imprensa como propaganda também foi mais intensa do que no Brasil. Perón estimulou o controle por meio da “*Subsecretaría de Informaciones*” que era responsável pelas informações oficiais divulgadas. Para inibir as vozes discordantes, havia pressão sobre o fornecimento de papel. A autora utiliza como exemplo as páginas do *La Prensa* e *La Nación* que reduziram de 30 para 16, em seguida para 12 e finalmente para 6. Os proprietários dos veículos de comunicação que resistiam sofriam diversas formas de interferência como sabotagens, cortes de subsídios, suspensão de direitos e outras atividades consideradas ilícitas. Aos poucos o regime conseguiu o controle dos meios de comunicação.

Na obra de Maria Capelato é possível observar que o trabalho com imagens, ilustrações, desenhos, revistas e álbuns comemorativos foram mais abundantes no peronismo comparado ao varguismo. Apesar da utilização de textos impressos, o peronismo se destacou mais pela iconografia do que pelo material impresso. Neste sentido, a exaltação do Estado Novo no varguismo foi bem mais modesta. Já a respeito das festas cívico-esportivas, ambas tiveram influência dos rituais grandiosos do nazi-fascismo, mas sem o mesmo brilho que ocorrera na Itália e na Alemanha.

O cinema também foi instrumento de propaganda do varguismo e do peronismo a fim de propagar ideias do regime. No caso brasileiro a preocupação era em demonstrar por meio das telas cinematográficas as qualidades do país como seus aspectos naturais e harmonia entre os brasileiros. O DIP estava atento aos filmes que pudessem retratar desigualdades sociais ou outros problemas estruturais existentes em solo nacional. Películas que tivessem relação com isso eram drasticamente censuradas. No caso do cinema argentino os roteiros retratavam os valores dos trabalhadores e busca pela justiça social. Os governos de Vargas e Perón fizeram grandes investimentos neste setor, porém sem o retorno esperado das bilheterias. Afinal, o público não se contentou em assistir películas que no seu roteiro tivessem elementos com interferência do Estado. Este sem dúvida é um típico exemplo de que nem em todos os setores a recepção da propaganda política foi como se esperava por parte do regime. Ou seja, foi um grande fracasso. Maria Capelato demonstra que esta inspiração na utilização do cinema também veio do nazi-fascismo que muito fez uso da sétima arte para propagar sua doutrina. E esta influência veio do estilo hollywoodiano que cada vez mais ganhava terreno no cenário mundial do entretenimento. Especificamente nos casos de Brasil e Argentina, a entrada de filmes hollywoodianos era avassaladora e praticamente não sofreram com a concorrência das películas nacionais durante o peronismo e o varguismo. Outros setores como a música e a arquitetura também receberam investimentos estatais e da mesma forma aqueles que se demonstravam contrários ao governo sofriam as consequências da censura e do ostracismo.

A participação dos intelectuais também foi relevante para disseminação do varguismo e do peronismo. Segundo Capelato, os ideólogos do Estado Novo tentaram associar o movimento literário da década de 1920 com a revolução política do então governo. Neste processo ganhou terreno a figura de Cassiano Ricardo que tinha grande identificação com o regime. A questão da cultura popular e a busca da “brasilidade” fez dos literatos simpáticos ao Estado Novo consagrarem a tradição, os símbolos e os heróis nacionais. Citando Pimenta Velloso, a autora menciona que a herança modernista do regime foi bastante delimitada, tendo como participação o grupo denominado “verdeamarelismo”, que além de Cassiano Ricardo, tinha a participação de Menotti del Picchia e Plínio Salgado. Neste cenário a visão crítica de

alguns modernistas sobre o popular e o nacional foi substituída por um ufanismo patriótico. Isto ocorreu num contexto em que foram criadas duas revistas, *Cultura Política* e *Ciência Política*. A primeira tinha como função divulgar os estudos brasileiros encarregados de definir os rumos das transformações político-sociais no país. Já a segunda, difundia as ideias do Estado Novo. Grandes intelectuais como Cecília Meireles, José Lins do Rego, Oliveira Vianna, Manuel Bandeira, Gustavo Barroso, Gilberto Freire, Vinícius de Moraes, Graciliano Ramos e Nelson Werneck Sodré publicaram na *Cultura Política* que tinha no argumento de seus editores a definição de que as portas estavam abertas para publicação de qualquer intelectual independente de seu posicionamento ideológico. Porém, a autora menciona que durante o varguismo as publicações dos intelectuais não implicavam na liberdade para o exercício da crítica.

Já no peronismo, o então chefe de Estado defendia que por mais extraordinário seja o talento do escritor e do artista seus serviços devem estar em função do nacional e isto exigiria a renúncia do individual. E caso tal renúncia não for espontânea, seria necessária a intervenção superior do Estado. Houve reações por parte de artistas e intelectuais que não compactuavam com as ideias do regime e consequentemente sofreram sanções. Uma das características dos literários que atuaram ao lado do peronismo era a crítica ao momento anterior da “Revolução de 1943” e o cultivo dos valores que associavam o Estado ao bem comum. Além disso, retomavam temas relacionados ao gaúcho, ao telúrico, ao “criollismo” e à herança hispânica. Ao contrário do que ocorrera no Brasil, onde não houve grandes sinais de resistência no campo literário, na Argentina houve disputas intensas neste cenário. No entanto, a autora cita Félix Luna que aponta a questão cultural durante o peronismo algo mais atingido pelo tédio do que necessariamente pela perseguição, mencionando a ida de Júlio Cortázar para a Europa, em 1952, não por ser perseguido, mas sim pelo descontentamento com a produção oficial. Maria Capelato faz referência a Ernesto Gollari quando este analisou as novelas de cunho marcadamente político, no qual seus autores definem suas posições peronistas ou antiperonistas e salienta que o número de obras antiperonistas eram consideravelmente mais expressivas, revelando potencial oposição ao governo.

Quando o assunto tratado é a cidadania, a propaganda varguista enfatizou os valores relacionados ao trabalho. Da mesma forma a política peronista intensificou as organizações trabalhistas, porém diferentemente dos leques comunistas. Em ambos os regimes os trabalhadores eram colocados como sujeitos principais da nação, sendo que no varguismo estes eram colocados como merecedores dos privilégios da cidadania e do direito por viverem honestamente de suas atividades e se organizarem em seus sindicatos. Os malandros e comunistas ficariam a margem dos direitos sociais e da própria sociedade

brasileira. Já na Argentina peronista as propagandas não enfatizavam os sindicatos, mas sim a justiça social promovida pelo regime superando a situação de abandono dos trabalhadores antes da chegada de Perón a presidência. A propagação destas ideias para Maria Capelato não deve ser entendida como uma recepção passiva por parte dos trabalhadores, o que de certa maneira faz sentido. Afinal, para a autora a eficácia das propagandas dependeu das experiências vivenciadas e compartilhadas pelas pessoas, como já foi mencionado nos parágrafos anteriores. O regime teria tido eficácia na interlocução ao invés da manipulação. Seu posicionamento faz sentido e reforça a hipótese que o varguismo e o peronismo não se sustentaram apenas na opressão física e na eficiência da propaganda. Em síntese, seus discursos atingiam as experiências e os sentimentos pessoais.

Os temas da obra de Maria Capelato até aqui trazem uma reflexão sobre a opinião pública que instiga os historiadores. Segundo Jean-Jacques Becker, o historiador gosta de caminhar em um terreno seguro e este não é o caso da opinião pública. Isto porque, por se tratar de um fenômeno social aparentemente evidente, desenvolver uma análise sobre o pensamento de grande parte da população não é algo preciso por se tratar de diferentes realidades. Becker faz referência ao teórico alemão Wilhelm Bauer que opôs duas formas diferentes de opinião pública, a “estática” e a “dinâmica”. A primeira estaria ligada aos costumes, hábitos, usos, as tradições, a formação intelectual e moral recebida dos pais enquanto crianças e a educação daqueles que os ensinaram constituindo o topo de uma ideologia, os sistemas de ideias próprios de um determinado país. Jean-Jacques Becker denomina esta abordagem de Bauer como a história das mentalidades. Já a segunda, a “dinâmica”, é para o teórico a reação da opinião diante do acontecimento (BECKER, 1998, p.188). Sendo assim, fazendo uma associação com a teoria de Wilhelm Bauer, é perceptível que Maria Capelato levou em consideração a opinião pública “estática” para desenvolver seu apontamento sobre a recepção da população brasileira e argentina em relação aos elementos inseridos na propaganda política do varguismo e do peronismo.

Ao ter acesso a esta obra de Maria Capelato é notável como pode ser aplicada os estudos da cultura política, tendo em vista a possibilidade de observar os sistemas de representação produzidos por um determinado grupo político que detém em suas mãos a condução do Estado. Michel Winock faz referência a Louis Althusser como o primeiro a formular a teoria dos aparelhos nas estruturas sociais, no caso o “aparelho ideológico do Estado”. Para Althusser, os meios diversos de difusão de ideias (igrejas, exercito, escolas, imprensa, associações, etc.) são elementos dos aparelhos ideológicos do Estado conduzidos por uma classe dominante (WINOCK, 2003, p.285). O mesmo Michel Winock faz um contraponto da teoria de Althusser ao referenciar Robert Fossaert que substitui a expressão “Estado” para

“embaralhamento do real”. Para este, “donde resulta que a expressão ‘aparelho ideológico do Estado’, tomado em sua pretensa generalidade, oferece uma representação errônea do real social”. Por isso, “ao lado dos aparelhos de Estado (governamental, militar, diplomático, financeiro, etc.) devemos singularizar, em sua especificidade, os aparelhos ideológicos (igrejas, escolas, partidos, imprensa, associações, etc.) se quisermos compreender a formação e difusão das ideias correntes e concorrentes”. Partindo dessa concepção, também pode ser observado na obra de Maria Capelato o estudo de elementos que tem uma “voz própria”. Ou seja, não são passivos de opinião diante das incursões do Estado dirigente. Um exemplo observado nos parágrafos anteriores são os escritores literários brasileiros e argentinos. Muitos não demonstravam simpatia pelos regimes varguista e peronista, e mais especificamente no caso argentino houve resistências que foram muito bem salientadas pela autora. Outro exemplo que não foi mencionado até aqui é a resistência universitária, de professores e alunos, principalmente na Argentina.

No decorrer da obra, Maria Capelato aborda outros temas como as imagens de uma “nova democracia”, a relação entre líder e massa, a educação escolar, a redenção dos dois regimes, os mitos de salvação, dentre outros. Temas estes que provocam grandes reflexões e possibilitam estimular novas pesquisas sobre o varguismo e o peronismo e os seus reflexos nas sociedades do Brasil e da Argentina. A própria autora menciona os casos da herança peronista presentes nas duas eleições de Carlos Menem que governou a Argentina entre 1989 e 1999, sendo que neste intervalo de tempo ela publicou a presente obra estudada. Acrescento que esta herança peronista se faz presente no kirchnerismo iniciado em 2003 com o governo de Néstor Kirchner, tendo seu mandato encerrado em 2007, e continuado com sua esposa, Cristina Kirchner, que encerra seu mandato presidencial em 2015. Já o varguismo no Brasil, de acordo com a autora “é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina de propaganda, mas também recordada, com nostalgia pelos trabalhadores que se sentiram dignificados ou beneficiados pela política do ‘pai dos pobres’”. E acrescenta que, “na atualidade constata-se que o espólio getulista foi fragmentado e liquidado pelos grupos políticos que dele quiseram se apoderar”. Neste acaso, faço questão de acrescentar os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda no Brasil e, sobretudo, os movimentos sindicais que tendem a buscar maiores espaços no cenário político quando questões parlamentares e decretos presidenciais se posicionam para interferirem nas leis trabalhistas.

Sendo assim, a obra *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo* mesmo depois de anos da sua primeira publicação merece ser constantemente lida e revisada pelos pesquisadores que debruçam esforços para compreender ou o governo de Getúlio Vargas, ou o governo Juan Domingo Perón, ou a cultura política a partir de algum objeto de estudo. Afinal, a obra de Maria

Helena Rolim Capelato é um importante exemplo de como a cultura política pode ser aplicada. E, além disso, é fundamental para compreender os efeitos da propaganda política naqueles que a recebem, entendendo a importância do discurso propagado relacionado às vivências pessoais para finalmente surtirem os efeitos esperados.

REFERÊNCIAS

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, Rene. **Por uma história política**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.185-212.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998

JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia . In: **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.213-232.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: _____ 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 271-194.